

Lei Municipal n.º 2.531, de 16 de outubro de 2023.

EMENTA: Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Turismo no âmbito do município de Salgueiro e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALGUEIRO/PE** faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Salgueiro aprovou e eu sanciono, nos termos da Lei Orgânica Municipal, a seguinte lei:

CAPÍTULO I **DO SISTEMA MUNICIPAL DE TURISMO**

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Salgueiro, o Sistema Municipal de Turismo, com a finalidade de estabelecer novos mecanismos de gestão pública das políticas turísticas e criar instâncias de participação de todos os segmentos atuantes no meio turístico.

Art. 2º. Constituem instrumentos institucionais do Sistema Municipal de Turismo de Salgueiro:

- I - Conferência Municipal de Turismo - CMT;
- II - Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PDTS;
- III - Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR;
- IV - Sistema Municipal de Indicadores e Informações Turísticas – CMIIT;
- V - Sistema Municipal de Formação e Capacitação Turística.

Art. 3º. Os órgãos do Município responsáveis pela execução dos novos mecanismos de gestão pública das políticas turísticas, constituirão o Sistema Municipal de Turismo, assim estruturado:

- I - Conselho Municipal de Turismo - COMTUR;
- II – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia;

Art. 4º. Para consecução dos fins previstos neste artigo, o Sistema Municipal de Turismo, tem por objetivo:

- I - consolidar um sistema público municipal de gestão turística, com ampla participação e transparência nas ações públicas;
- II- universalizar e democratizar o acesso a bens, serviços e produtos turísticos;
- III - dinamizar as cadeias produtivas da economia do turismo;
- IV - assegurar a efetividade das políticas públicas de turismo pactuadas entre o Município e a sociedade civil;
- V - mobilizar a sociedade, mediante a adoção de mecanismos que lhe permitam, por meio de ações conjuntas, definir prioridades e assumir corresponsabilidades



- no desenvolvimento e na sustentação dos projetos turísticos;
- VI- estimular a organização e a sustentabilidade de grupos, associações, cooperativas e outras entidades atuantes na área turística;
- VII- estimular o intercâmbio turístico e a convivência com os demais Municípios da região do Sertão Central de Pernambuco, bem como dos demais Municípios e Estados brasileiros e de outros países;
- VIII - levantar, divulgar e preservar os atrativos turísticos do Município;
- IX - estimular a continuidade dos projetos turísticos já consolidados e com notório reconhecimento da comunidade.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 5º. O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR é um órgão colegiado composto pelo Poder Público e pela sociedade civil, de caráter permanente, consultivo, orientador, deliberativo e fiscalizador, com o objetivo de assessorar o Município, no âmbito de sua competência, bem como de contribuir para a execução das políticas públicas turísticas municipais, institucionalizando a relação entre a administração municipal e os setores da sociedade civil vinculados ao turismo.

Art. 6º. O Conselho Municipal de Turismo está diretamente vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, órgão integrante da administração direta do Município de Salgueiro.

Art. 7º. Compete ao Conselho Municipal de Turismo:

- I - representar a sociedade civil de Salgueiro, em assuntos que digam respeito às políticas públicas de turismo;
- II - formular e propor ações para as políticas públicas voltadas para as atividades turísticas no município;
- III - encaminhar sugestões para a elaboração do Plano Plurianual - PPA, bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no que concerne aos recursos, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e do Fundo Municipal de Turismo, destinados ao incentivo de todos os segmentos turísticos do Município, com vistas ao desenvolvimento pleno do cidadão e sua integração social;
- IV - fiscalizar as ações relativas ao cumprimento das políticas de turismo do Município pelos órgãos públicos de natureza turística, na forma de seu regimento interno, e acompanhar as ações voltadas às atividades turísticas do município;
- V - promover e dar continuidade aos projetos turísticos de interesse do Município;
- VI - colaborar para o estudo e o aperfeiçoamento da legislação sobre a política turística e fomento para as atividades turísticas no âmbito municipal;



VII - realizar estudos e pesquisas voltadas à identificação de problemas relevantes no cenário turístico do Município, para a propositura de ações que visem a saná-los;

VIII - avaliar e acompanhar os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados para atividades turísticas no Município;

IX - planejar a aplicação de recursos na área turística, propondo e acompanhando critérios para a programação e para a execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Turismo;

X - preservar, atualizar, fiscalizar e salvaguardar atrativos turísticos do município;

Art 8º. O Conselho Municipal de Turismo será composto pelos seguintes mem-
bros:

I - Seis do Poder Executivo, sendo dois, obrigatoriamente, servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia;

II - Um representante da Associação de Bares e Restaurantes de Salgueiro;

III - Um representante das agências de turismo de Salgueiro;

IV - Um representante da Associação de Hotéis e Pousadas de Salgueiro.

V - Um representante da Câmara Municipal de Vereadores

VI - Um representante da Associação Quilombola

VII - Um representante da Associação dos Povos Originários

§ 1º. A cada um dos membros nominados neste artigo corresponderá um suplente, igualmente indicado pelo órgão ou entidade representada.

§ 2º. A representação da sociedade civil poderá ser realizada por entidades não governamentais, legal e juridicamente constituídas, que representem, legitimamente, a maioria dos integrantes do seu respectivo segmento, devendo a entidade, neste caso, indicar um representante e um suplente do segmento.

§ 3º. Os segmentos que não possuem entidades representativas constituídas, ou que possuem entidades que não representem a maioria de seus integrantes, deverão convocar uma assembléia específica visando a eleger e nomear o seu representante no conselho e o seu respectivo suplente.

§ 4º. Os representantes dos segmentos da sociedade civil deverão comprovar atuação ininterrupta no segmento que representa por, pelo menos, dois anos.

§ 5º. Os membros do Conselho serão nomeados por ato do chefe do Poder Executivo.

§ 6º. Fica vedada a indicação de funcionários públicos do Município de Salgueiro como conselheiros representantes de segmentos da sociedade civil.

Art. 9º. O Conselho Municipal de Turismo tem a seguinte estrutura:

I. Presidência de Honra;

II. Presidência;

III. Vice Presidente;

IV. Secretaria Executiva;



IV. Plenária. 12 membros com direito a voto.

§ 1º. A Presidência de Honra do Conselho Municipal de Turismo será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia ou quem lhe fizer a vez, podendo opinar, sugerir e votar. O Presidente do Conselho, o Secretário Executivo e os demais cargos eletivos, bem como seus respectivos suplentes serão preenchidos, dentre os conselheiros efetivos, através de escrutínio aberto, em reunião convocada para tal fim.

§ 2º. A Plenária será o fórum de debates sobre as principais questões surgidas no decorrer do ano.

§ 3º. O Regimento Interno definirá o processo eleitoral da Estrutura do Conselho e as atribuições de cada item da estrutura acima.

Art. 10. O mandato dos conselheiros e de seus suplentes será de dois anos, permitida duas reconduções consecutivas.

§ 1º. Os segmentos da sociedade civil poderão substituir seus representantes, não podendo o mandato exceder o prazo do mandato original.

§ 2º. Os conselheiros e respectivos suplentes indicados pela Administração Pública Municipal poderão ser substituídos a qualquer tempo, mediante a nomeação de novo conselheiro para sua vaga.

Art. 11. Não haverá nenhum tipo de remuneração para o exercício das funções dos membros do Conselho, sendo o mesmo considerado como prestação de serviços de relevante valor social, salvo ajuda de custo para cobrir eventuais despesas com viagens, locomoção para reuniões, atividades de aperfeiçoamento e capacitação, no exercício de suas atividades.

Art. 12. O Conselho Municipal de Turismo reunir-se-á, ordinariamente, a cada três meses, e, extraordinariamente, conforme a necessidade e conveniência, nos moldes do disposto em seu regimento interno.

Art. 13. O regimento interno do Conselho Municipal de Turismo deverá disciplinar, dentre outros, os seguintes assuntos:

I - frequência, horário e local das reuniões;

II - funcionamento administrativo do conselho;

III - eleição de sua Diretoria;

IV - criação, composição e funcionamento das Câmaras Setoriais e do Fórum Municipal de Turismo;

V - formas de alteração do Regimento Interno.

Art. 14. As entidades e os representantes dos segmentos integrantes do Conselho Municipal de Turismo deverão estar inscritos no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Turísticos.

Art. 15. Fica criado o Fórum Municipal de Turismo de Salgueiro, órgão permanente, de caráter consultivo e propositivo, vinculado ao Conselho Municipal de Turismo e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, como disposto nesta lei, que representa democraticamente a Sociedade Civil, constituído pelo conjunto dos segmentos representativos do turismo.

Art. 16. O Fórum Municipal de Turismo tem como atribuição e competência apoiar o Conselho Municipal do Turismo, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento do turismo, no que tange ao encaminhamento de propostas dos diversos segmentos representados nas Câmaras Setoriais, de projetos turísticos e outros assuntos que lhe forem pertinentes.

Parágrafo Único. O Regimento Interno do Conselho regerá seu funcionamento, estrutura, organização e o regulamento eleitoral.

CAPÍTULO III

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

Art. 17. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Turismo – SMT é responsável por planejar e executar políticas públicas para promover a criação, produção, formação, circulação, difusão de programas turísticos do Município, tem as seguintes competências no âmbito do Sistema Municipal de Turismo:

- I- implementar o Sistema Municipal de Turismo, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Turismo, articulando os atores públicos e privados;
- II - promover o planejamento e fomento das atividades turísticas com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando o turismo como uma área estratégica para o desenvolvimento local sustentável;
- III - implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Turismo, executando as políticas e as ações turísticas definidas;
- IV - manter articulação com entes públicos e privados, visando à cooperação em ações na área do turismo;
- V - promover ações de fomento ao desenvolvimento do turismo no Município;
- VI- estruturar o calendário dos eventos do Município;
- VII - elaborar estudos das cadeias produtivas do turismo para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;
- VIII - captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais;
- IX - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Turismo;
- X - realizar a Conferência Municipal de Turismo, colaborar na sua realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Turismo;
- XI - zelar pela manutenção e atualização do Cadastro Municipal de Informações e

Indicadores Turísticos;

Parágrafo Único. Compete, ainda, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia:

- a) exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Turismo;
- b) expedir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas pelo Conselho Municipal de Turismo;
- c) emitir os atos sobre matérias relacionadas ao Sistema Municipal de Turismo;
- d) colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização das atividades turísticas, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Turismo e do Sistema Estadual de Turismo;
- e) colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Turismo, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;
- f) subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais do turismo nos programas, planos e ações estratégicos dos Governos Municipal, Estadual e Federal;
- g) coordenar e convocar a Conferência Municipal de Turismo.

CAPÍTULO III DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 18. A Conferência Municipal de Turismo, promovida e organizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, e pelo Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, é a instância máxima de participação e deliberação do Sistema Municipal de Turismo - SMT, tendo direito à voz e voto todas as pessoas físicas e jurídicas, inscritas no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Turísticos, com direito apenas à voz todo cidadão inscrito previamente na Conferência.

§ 1º. A participação com direito à voz e voto dar-se-á com a inscrição no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Turísticos, efetuada, pelo menos, 30 (trinta) dias antes da data da Conferência.

§ 2º. Em cada processo eleitoral, o cadastrado só pode se candidatar para representar um segmento ou área.

Art. 19. São atribuições e competências da Conferência Municipal de Turismo:

- I - subsidiar o Município, bem como seus respectivos órgãos gestores da área turística, propondo e aprovando as diretrizes para elaboração e atualização do Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PDTS, observando, quando pertinentes, as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Turismo e o Plano Estadual de Turismo;
- II - aprovar o Regulamento da Conferência, no ato da abertura desta;
- III - mobilizar a sociedade e os meios de comunicação para a importância do tu-



rismo, para o desenvolvimento sustentável do Município;

IV - facilitar o acesso da sociedade civil aos mecanismos de participação popular no Município, por meio de debates;

V - auxiliar o Governo Municipal, subsidiar os governos Estadual e Federal e consolidar os conceitos de turismo junto aos diversos setores da sociedade;

VI - identificar e fortalecer a transversalidade do turismo em relação às políticas públicas nos três níveis de governo;

VII - promover a viabilização de informações e conhecimentos estratégicos para a implantação efetiva do Sistema Municipal de Turismo e, posteriormente, da consolidação com os Sistemas Estadual e Nacional de Turismo;

VIII - avaliar a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, levando em consideração os relatórios elaborados pelo mesmo, apresentando modificações, quando forem necessárias;

IX - avaliar a execução das diretrizes e prioridades das políticas públicas de turismo.

Art. 20. A Conferência Municipal de Turismo é realizada, em caráter ordinário, a cada 02 (dois anos) e, extraordinariamente, de acordo com o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo.

Parágrafo Único. O regulamento de cada Conferência Municipal de Turismo, sua dinâmica e finalidades, serão elaborados por uma comissão paritária formada por membros do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR e servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, de acordo com o estabelecido no Sistema Municipal de Turismo - SMT.

CAPÍTULO IV **DO PLANO MUNICIPAL DE TURISMO**

Art. 21. O Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável, doravante representado pela sigla PDTS, é o instrumento de planejamento das ações, projetos, programas e do conjunto das políticas públicas para o turismo no Município de Salgueiro, e terá caráter decenal, ocorrendo neste período um mínimo de três revisões, as quais ocorrerão obedecendo a metodologia e estrutura definidas nesta Lei.

Parágrafo Único. A primeira versão do PDTS vigorará pelo período de 2023 a 2032 e, tanto do ponto de vista de organização como de conteúdo, servirá de parâmetro para as subsequentes.

Art. 22. O PDTS terá duas etapas, sendo a primeira a análise e diagnóstico da situação turística de Salgueiro e a segunda a definição de projetos, propostas e diretrizes estratégicas, objetivando atender as demandas apresentadas e o cumprimento das políticas gerais da área cultural, do governo e da sociedade.



Art. 23. O PDTS será elaborado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e do Conselho Municipal de Turismo, sendo precedido de ampla convocação e participação da sociedade civil organizada, sendo esta não restrita aos segmentos estritamente turísticos, mas contemplando, ainda, movimentos sociais e instituições civis, assim como grupos comunitários e populares.

Art. 24. O PDTS e suas revisões serão aprovados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e pelo Conselho Municipal de Turismo.

CAPÍTULO V DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. Fica criado o Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, com a finalidade de promover o desenvolvimento turístico do Município, por meio do financiamento de projetos turísticos de Salgueiro, constantes do Plano Municipal de Turismo.

§ 1º. Para acorrer às despesas com a abertura do Crédito Adicional Especial autorizado por este artigo, serão utilizadas as fontes orçamentárias previstas no art. 43, da Lei Federal n.º 4.320/64, cujo detalhamento deverá ser especificado no Decreto de abertura do crédito.

§ 2º. A abertura do crédito será acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e identificação do cumprimento das exigências previstas no art. 16, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

SEÇÃO II DOS OBJETIVOS E DAS RECEITAS

Art. 26. As disponibilidades orçamentárias e financeiras do FUMTUR serão aplicadas em favor de projetos turísticos habilitados em editais, apresentados por pessoas físicas ou jurídicas, enquadrados nos diversos segmentos turísticos.

§ 1º. O FUMTUR é vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, competindo-lhe prover os meios necessários à sua operacionalização.

§ 2º. O gestor e ordenador de despesas do FUMTUR será o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

§ 3º. A fiscalização da aplicação dos recursos do FUMTUR será exercida pelo Conselho Municipal de Turismo.



Art. 27. São objetivos do FUMTUR:

- I - custear projetos, mediante a publicação de editais específicos para os diversos segmentos turísticos;
- II - os recursos poderão, também, ser destinados a programas, projetos e ações para o desenvolvimento do turismo, implementados de forma descentralizada e direta pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.
- III - oferecer contrapartida para projetos e convênios dos quais o Município seja proponente e que visem à captação de verbas nas diversas instâncias governamentais, buscando atender ao disposto no PDTs;

Art. 28. Constituem receitas do Fundo Municipal de Turismo de Salgueiro:

- I - dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual do Município e seus créditos adicionais;
- II - recursos próprios ou transferidos, tais como contribuições, doações, auxílios, ou legados recebidos de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos ou privados, nacionais e internacionais;
- III - recursos resultantes de convênios, contratos, subvenções ou acordos celebrados entre o Município e o Estado, a União ou demais instituições públicas ou privadas, com competência na área turística, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos;
- IV - reembolso de saldos não utilizados em projetos financiados pelo Fundo;
- V - recursos provenientes do resultado financeiro de suas operações financeiras, tais como juros, atualização monetária, aplicações, e outros, obedecida à legislação aplicável;
- VI - outras receitas diversas, que lhe forem destinadas;
- VII - doações e legados, nos termos da legislação vigente;
- VIII - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
- IX - retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do FMT;
- X - rendimentos de qualquer natureza que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicação do seu patrimônio;
- XI - saldos não utilizados na execução dos projetos turísticos financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Turismo;
- XII - devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos custeados por mecanismos previstos no Sistema Municipal de Turismo;
- XIII - saldos de exercícios anteriores;
- XIV - outros recursos, créditos e rendas adicionais ou extraordinárias, legalmente incorporáveis, que, por sua natureza, possam ser destinados ao Fundo Municipal de Turismo;



XV - recursos provenientes da prestação de serviços, cuja natureza seja desenvolvida para garantir a sustentabilidade das ações, a exemplo da locação de espaço para a realização de eventos em outros equipamentos turísticos do Município, desde que respeite o regulamento interno de cada equipamento.

§ 1º. O Fundo Municipal de Turismo deverá possuir CNPJ próprio e independente, com o objetivo de imprimir maior celeridade e autonomia em seus processos.

§ 2º. Os recursos do Fundo serão depositados em estabelecimento oficial, em conta corrente denominada Fundo Municipal de Turismo Salgueiro.

§ 3º. A cada final de exercício financeiro, os recursos repassados ao Fundo Municipal de Turismo, não utilizados, serão transferidos para utilização pelo Fundo no exercício financeiro subsequente.

§ 4º. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia deve acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos financiados pelo Fundo Municipal de Turismo ao longo e ao término de sua execução.

Art. 29. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Turismo de Salgueiro poderão ser aplicados em planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluída a aquisição ou a locação de equipamentos, imóveis, mobiliários, bens e serviços necessários ao cumprimento de seus objetivos.

Parágrafo Único. As despesas previstas no *caput* deste artigo não poderão ultrapassar 20% (vinte por cento) de suas receitas, observado o limite fixado anualmente.

Art. 30. O Regulamento do FUMTUR aprovado pelo Chefe do Poder Executivo definirá:

I - as áreas de enquadramento dos projetos e atividades que poderão ser custeadas pelo Fundo;

II - os limites de financiamento;

III - os meios e critérios de acesso e seleção de projetos e atividades;

IV - as formas de prestação de contas.

Parágrafo Único. O Regulamento do FUMTUR deverá ser previamente avaliado pelo Conselho Municipal de Turismo

CAPÍTULO VI DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES TURÍSTICOS

Art. 31. Fica criado o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Turísticos - SMIIT, instrumento de reconhecimento das atividades e de gestão das políticas públicas municipais de turismo, de caráter normativo, regulador e difusor, que organiza e disponibiliza informações sobre os diversos segmentos turísticos.



Parágrafo Único. A organização e manutenção do SMIIT ficam sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Art. 32. O SMIIT tem por finalidades:

- I - reunir dados quantitativos e qualitativos sobre a realidade turística do Município, por meio da identificação, registro e mapeamento dos diversos segmentos;
- II - viabilizar a pesquisa, a busca por informações turísticas, a contratação de consultores técnicos e estimular toda a cadeia da economia do turismo, além de subsidiar o planejamento e a avaliação das políticas turísticas do Município;
- III - identificar agentes de turismo, comunidades e grupos, que atuam no turismo;
- IV - servir de instrumento para a busca por informações turísticas e a divulgação turística local;
- V - ser um difusor dos atrativos turísticos naturais, culturais e artísticos do Município, facilitando o acesso ao seu potencial e dinamizando a cadeia produtiva;
- VI - consolidar informações dos seus integrantes, para incentivar a participação na Conferência Municipal de Turismo e no Conselho Municipal de Turismo, que constituem instâncias deliberativas do Sistema Municipal de Turismo.

Art. 33. O SMIIT terá sua implementação por meio de ato administrativo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, em acordo com o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.

Art. 34. Podem se cadastrar no SMIIT:

- I - pessoas físicas com comprovada atuação na área turística;
- II - agentes turísticos comprovadamente atuantes na cidade, que desenvolvam projetos turísticos em prol da cidade de Salgueiro;
- III - pessoas jurídicas legalmente registradas, localizadas e atuantes na área turística em Salgueiro há, no mínimo, 01 (um) ano;

CAPÍTULO VII

DO SISTEMA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO TURÍSTICA

Art. 35. Fica instituído o Sistema Municipal de Formação e Capacitação Turística, como um conjunto de ações contínuas voltadas para a formação, capacitação e recapacitação dos gestores turísticos e agentes turísticos, bem como para o fomento de pesquisas no campo turístico.

Parágrafo Único. Para consecução dos fins previstos neste artigo, o Sistema Municipal de Formação e Capacitação Turístico tem por objetivos:

- I - capacitar e contribuir para profissionalização de gestores turísticos de instituições públicas e privadas dos setores turísticos locais, de forma a melhor qualificar



a formulação de políticas e a gestão de programas, projetos e serviços turísticos oferecidos à população;

II - estimular e fomentar, de forma gradual, a qualificação em todos os segmentos vitais para o funcionamento de um complexo sistema turístico, em diferentes níveis de formação, e que envolvem as seguintes áreas:

- a) Turismo Ecológico;
- b) Turismo Histórico-Cultural;
- c) Turismo de Eventos
- d) Turismo Científico;
- e) Turismo Rural;
- f) Turismo de compras
- g) Turismo de esportes
- h) Turismo de Aventura
- i) Turismo Esportivo
- j) Turismo Religioso

III - implementar e desenvolver um sistema voltado para a formação e aperfeiçoamento dos gestores do turismo, contemplando conteúdos e metodologias capazes de oportunizar a compreensão do turismo em múltiplos aspectos, utilizando-se os seguintes parâmetros:

- a) centralidade para a cidadania e para o desenvolvimento social e econômico;
- b) compreensão das políticas públicas de turismo como resposta a realidades objetivas de bases locais e regionais;
- c) compreensão da economia do turismo e dos modelos de financiamento público;
- d) compreensão e apropriação de ferramentas de gestão de políticas e programas;
- e) compreensão de que o planejamento estratégico é o momento de reflexão política e de correção de rumos, não se reduzindo a uma ferramenta de gestão;

IV - promover cursos de gestão e produção turística, nas suas diversas áreas.

Art. 36. Fica facultado ao Município buscar parcerias com as diversas instituições públicas e privadas, promotoras de formação e capacitação nos diversos níveis e segmentos turísticos da cidade, para fins de implementar os objetivos do Sistema Municipal de Formação e Capacitação Turístico.

Art 37. A organização e manutenção do Sistema Municipal de Formação e Capacitação Turístico ficam sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Parágrafo Único. O compromisso com o Sistema Municipal de Formação e Capacitação Turístico deve ser exercido na forma de investimento em capacitação do corpo de servidores municipais atuantes na área turística e na criação de cursos, espaços de reflexão e debate sobre os temas do turismo e de seminários e palestras em torno de questões a ele pertinentes.



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

**Terra de amor
e trabalho.**

CAPÍTULO VIII **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art 38. Toda a implantação e gestão do Sistema Municipal de Turismo observará as recomendações, normas e diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Turismo, em especial pelo Sistema Nacional de Turismo.

Art. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial no Orçamento para criação das dotações do Fundo Municipal de Turismo - FUM-TUR.

Art 40. As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e ao Fundo Municipal de Turismo.

Art 41. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Salgueiro, 16 de outubro de 2023.

MARCONES LIBÓRIO DE SÁ
Prefeito Municipal